

Caderno de Provas

CPJP 46 - NS

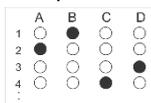
PROCURADOR ADJUNTO

**Edital Nº. 001/2019 – PREFEITURA
MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN**

05 de maio de 2019

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após o encerramento do prazo estabelecido para sua aplicação.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Conhecimentos da Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa (Objetivas)	10 questões	30 pontos
Questões de Lógica (Objetivas)	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Específicos (Objetivas)	15 questões	60 pontos
Total de questões	30 questões	100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA – NÍVEL SUPERIOR

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

Futuro a distância

A aura de sacralidade que envolve o corpo humano e, por extensão, a prática médica enfrenta seguidos desafios postos por inovações técnicas, como a telemedicina, hoje, ou a reprodução assistida, no passado. A inquietação daí surgida justifica prolongar o debate, mas não afastar indefinidamente futuros aperfeiçoamentos.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) baixara resolução, para entrar em vigor em maio, regulamentando o atendimento a distância. Foram tantas as reações contrárias e de questionamento que a norma foi revogada, pois não haveria tempo hábil para processar todas as objeções e sugestões.

Mas muito do que se regulamentava ali já existe como praxe de mercado, caso de consultas remotas.

Embora exame físico e anamnese presencial constituam os fundamentos básicos da relação entre médico e paciente, existem casos em que são dispensáveis (como na entrega de resultados de testes laboratoriais) ou ficam impossibilitadas pela distância.

A resolução do CFM estipulava regras para esse tipo de encontro, como ser necessariamente precedido por um contato pessoal, contar com autorização do paciente e ficar gravado em meio digital. Fixava, ainda, normas para outros procedimentos, como telecirurgias.

Algumas questões levantadas fazem sentido, como a obrigatoriedade de gravação da teleconsulta. Se não se exige tal coisa em encontros presenciais, por que fazê-lo quando se recorre a meios tecnológicos? Abre-se flanco considerável para deslizos de privacidade e se reforça o preconceito retrógrado contra a modalidade inovadora.

Por detrás da aparente preocupação com a qualidade do atendimento, está a suspeita, oculta-se o zelo corporativo que tantas vezes resiste ao aumento de produtividade. Não há mal algum em banalizar (no bom sentido da palavra) a telemedicina, se isso não acarretar prejuízo ao doente.

Não são raras as consultas, hoje em dia, em que o médico dispensa uma conversa atenta e a interação física com pacientes em favor da realização de exames laboratoriais ou de imagem. Identifica-se algo de tecnocrático e desumanizador nesse tipo de relacionamento, com alguma dose de razão.

Admitindo que seja necessário combater tal tendência, a melhor maneira de fazê-lo seria rever o tipo de formação oferecida nas faculdades de medicina, como já se faz em alguns estabelecimentos. Não será com obstáculos à tecnologia, quando ela se provar mais útil e barata, que se reduzirá o distanciamento entre médicos e pacientes.

Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 08 mar. 2019.

01. O texto, de forma preponderante,

- A) constrói uma imagem negativa em torno da banalização da telemedicina nas consultas médicas.
- B) articula um posicionamento concessivo sobre o uso da telemedicina na relação médico-paciente.
- C) refuta quaisquer discursos favoráveis ao uso da telemedicina na relação médico-paciente.
- D) critica a decisão do Conselho Federal de Medicina no que se refere à telemedicina.

As questões 2 e 3 referem-se ao parágrafo reproduzido a seguir.

Algumas questões levantadas fazem sentido, como a obrigatoriedade de gravação da teleconsulta. Se não se exige tal coisa em encontros presenciais, por que fazê-lo quando se recorre a meios tecnológicos? Abre-se **flanco** considerável para deslizos de privacidade e se reforça o preconceito **retrogrado** contra a modalidade inovadora.

02. Sobre esse parágrafo, é correto afirmar:

- A) **tal coisa** e **-lo** retomam a mesma informação.
- B) **se** exerce a mesma função em todas as ocorrências.
- C) **tal coisa** e **-lo** retomam informações distintas.
- D) **Se** exerce função de pronome na primeira ocorrência.

03. As palavras em destaque foram empregadas, respectivamente, no sentido de

- A) lado e atrasado.
- B) lado e liberal.
- C) espaço e progressista.
- D) espaço e antiquado.

As questões 4 e 5 referem-se ao período reproduzido a seguir.

Fixava, ainda, normas para outros procedimentos, como telecirurgias. (l.15)

04. Esse período apresenta

- A) apenas uma oração cujo sujeito encontra-se posposto ao verbo.
- B) apenas uma oração cujo sujeito está explícito no período anterior.
- C) duas orações e o sujeito da primeira está explícito no período anterior.
- D) duas orações e o sujeito da primeira está explícito na segunda.

05. Sobre a pontuação desse período, considerando-se as relações sintático-semânticas da língua portuguesa, o sentido permanecerá inalterado se

- A) for colocado um ponto após a palavra “ainda”.
- B) for retirada a vírgula após a palavra “ainda”.
- C) forem retiradas as vírgulas que demarcam a palavra “ainda”.
- D) for colocado um ponto antes da palavra “ainda”.

06. Considere o período:

Não são raras as consultas, hoje em dia, em que o médico dispensa uma conversa atenta e a interação física com pacientes em favor da realização de exames laboratoriais ou de imagem.

Esse período é representativo da sequência

- A) narrativa e apresenta verbos no pretérito perfeito, em uma relação de anterioridade/posterioridade.
- B) descritiva e apresenta verbos no pretérito imperfeito em uma relação de simultaneidade.
- C) narrativa e apresenta verbos no presente, em uma relação de anterioridade/posterioridade.
- D) descritiva e apresenta verbos no presente, em uma relação de simultaneidade.

07. Considere o trecho:

O Conselho Federal de Medicina (CFM) **baixara** resolução, para entrar em vigor em maio, regulamentando o atendimento a distância. Foram tantas as reações contrárias e de questionamento que a norma foi revogada, pois não **haveria** tempo hábil para processar todas as objeções e sugestões.

Sobre os verbos em destaque, é correto afirmar:

- A) o primeiro está flexionado no pretérito mais-que-perfeito, e um de seus usos indica um fato passado anterior a outro também passado; o segundo está flexionado no futuro do pretérito, e um de seus usos indica um fato posterior a um fato no passado.
- B) o primeiro está flexionado no futuro do presente, e um de seus usos indica um fato posterior ao momento da fala, mas certo de ocorrer; o segundo está flexionado no futuro do pretérito, e um de seus usos indica um fato posterior a um fato no passado.
- C) o primeiro está flexionado no futuro do pretérito, e um de seus usos indica um fato posterior a um fato no passado; o segundo está flexionado no futuro do presente, e um de seus usos indica um fato posterior ao momento da fala, mas certo de ocorrer.
- D) o primeiro está flexionado no pretérito mais-que-perfeito, e um de seus usos indica um fato passado anterior a outro também passado; o segundo está flexionado no futuro do presente, e um de seus usos indica um fato posterior ao momento da fala, mas certo de ocorrer.

08. Considere o período:

Não será com obstáculos à tecnologia, quando ela se provar mais útil e barata, que se reduzirá o distanciamento entre médicos e pacientes.

O trecho em destaque apresenta ocorrência de

- A) regência verbal, em que o termo regente e o termo regido justificam o uso do acento grave.
- B) regência nominal, em que o termo regente e o termo regido justificam o uso da preposição “com”.
- C) regência verbal, em que o termo regente e o termo regido justificam o uso da preposição “com”.
- D) regência nominal, em que o termo regente e o termo regido justificam o uso do acento grave.

09. O gênero discursivo do texto apresenta traços dominantes também encontrados

- A) na notícia.
- B) no manual de instrução.
- C) no artigo de opinião.
- D) na ata.

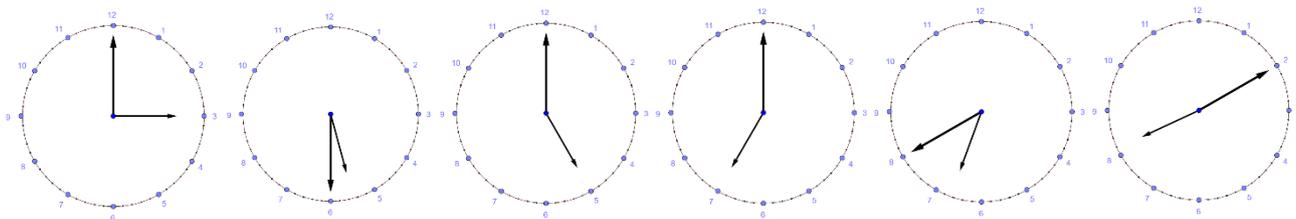
10. Exerce função substantiva o trecho destacado em:

- A) Não são raras as consultas, hoje em dia, **em que o médico dispensa uma conversa atenta** [...]
- B) [...] oculta-se o zelo corporativo **que tantas vezes resiste ao aumento de produtividade**.
- C) Admitindo **que seja necessário combater tal tendência** [...]
- D) A aura de sacralidade **que envolve o corpo humano** [...]

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA – NÍVEL SUPERIOR

11. Apresentadas as premissas: “Todos gatos são cães.” e “Alguns pássaros não são cães.”, a expressão que torna o argumento válido é
- A) “existem pássaros que não são gatos.”
 - B) “todos os pássaros são cães.”
 - C) “nem todos os gatos são cães.”
 - D) “nenhum gato é cão.”
12. Em uma mesa foram colocados três recipientes: I, II e III. No recipiente I, havia 5 cartões azuis, 2 brancos e 1 cinza. No recipiente II, havia 2 cartões azuis, 3 brancos e 4 cinzas. No recipiente III, havia 3 cartões azuis, 4 brancos e 2 cinzas. Considerando que todos os cartões têm a mesma chance de serem retirados, a probabilidade de se retirar um cartão de cada urna e de os três serem da mesma cor é de, aproximadamente,
- A) 8,7%.
 - B) 15,8%.
 - C) 9,6%.
 - D) 12,5%.
13. Dada a frase: “Piranha é peixe e o rio é caudaloso”, sua negação é:
- A) Piranha é peixe e o rio não é caudaloso.
 - B) Piranha não é peixe ou o rio é caudaloso.
 - C) Piranha não é peixe e o rio não é caudaloso.
 - D) Piranha não é peixe ou o rio não é caudaloso.
14. Henrique tem uma coleção de miniaturas de veículos. Ele possui 2 caminhões diferentes, 4 motos diferentes e 4 carros diferentes. Ele deseja organizá-los lado a lado, de modo que veículos do mesmo tipo fiquem sempre juntos, e as motos, na mesma ordem. Então, o número de maneiras distintas que ele pode organizar suas miniaturas é
- A) 48.
 - B) 288.
 - C) 144.
 - D) 96.

15. Nas imagens a seguir, as horas apresentadas nos relógios, da esquerda para a direita, obedecem determinada sequência lógica, sem, necessariamente, obedecer a uma ordem cronológica.



Respeitando-se essa lógica, o próximo relógio da sequência apresentará o horário

- A) 7h40min.
- B) 7h30min.
- C) 8h00min.
- D) 7h50min.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – PROCURADOR ADJUNTO – SUPERIOR

16. Pretendendo saber quantitativamente a composição de certa Câmara Municipal, o prefeito consultou o procurador adjunto do município. Considerando os termos da Constituição da República Federativa do Brasil (artigo 29) e que o município implicado possui uma população de aproximadamente 14.000 (quatorze mil) habitantes, a composição da referida Câmara Municipal deverá observar o limite máximo de
- A) sete vereadores.
 - B) onze vereadores.
 - C) nove vereadores.
 - D) dez vereadores.
17. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, sendo correto afirmar que
- A) o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas do Município.
 - B) o controle interno da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas do Município.
 - C) é permitida a criação de Conselho de Contas Municipais.
 - D) é vedada a criação de Tribunais de Contas Municipais.
18. Em relação às pessoas jurídicas, o Código Civil (Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002) estabelece disposições gerais definindo que as pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado. Considerando essa classificação, são pessoas jurídicas
- A) de direito público interno os partidos políticos.
 - B) de direito público externo os municípios com mais de um milhão de habitantes.
 - C) de direito público interno as autarquias municipais.
 - D) de direito privado as associações públicas.
19. Consoante o artigo 185 do Código de Processo Civil de 2015, a Defensoria Pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita. Sobre a Defensoria Pública o mencionado Código estabelece também que
- A) a requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de informação que somente por ela possa ser prestada.
 - B) a Defensoria Pública gozará de prazo simples para todas as suas manifestações processuais, em homenagem ao princípio da celeridade processual.
 - C) o membro da Defensoria Pública não poderá ser civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
 - D) aplica-se o benefício da contagem em dobro mesmo quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para a Defensoria Pública.

20. Acerca do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, o Código de Processo Civil assevera que
- A) o exequente deve requerer que a Fazenda Pública apresente demonstrativo discriminado e atualizado do crédito indicando o índice de correção adotado.
 - B) o exequente deve apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito indicando o índice de correção adotado.
 - C) não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo de quinze dias, o débito será acrescido de multa de dez por cento.
 - D) tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela fazenda executada não poderá ser objeto de cumprimento.
21. De acordo com as disposições do Código Tributário Nacional em combinação com as disposições da Constituição Federal, são impostos de competência dos municípios
- A) o imposto sobre a transmissão de bens imóveis e o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
 - B) o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana e o imposto sobre transmissão de bens inter vivos.
 - C) o imposto sobre produtos industrializados e o imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação.
 - D) o imposto sobre a importação, o imposto sobre a exportação e o ICMS.
22. O Decreto-Lei nº. 4.657, de 4 de setembro de 1942, com suas posteriores alterações, é conhecida como a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Em consonância com as determinações do referido Decreto-Lei
- A) a lei começa a vigorar em todo o país noventa dias depois de oficialmente publicada.
 - B) a lei começa a vigorar em todo o país trinta dias depois de oficialmente publicada.
 - C) ninguém se escusa de cumprir a lei, salvo alegando que não a conhece.
 - D) as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
23. Segundo o artigo 14 da Lei Federal nº. 12.016/2009, da sentença, denegando ou concedendo o mandado de segurança, cabe apelação. É disposição também dessa lei que
- A) concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.
 - B) o pagamento de vencimentos assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor público da administração direta federal somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data da decisão administrativa negativa.
 - C) a sentença que conceder o mandado de segurança não pode ser executada provisoriamente.
 - D) o pagamento de vencimentos assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor público da administração direta municipal somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data do trânsito em julgado.

24. O Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) estabelece em seu artigo 7ºA direitos da advogada. Entre tais direitos, é correto afirmar que a lei salvaguardou à advogada
- A) lactante a reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais.
 - B) gestante a suspensão de prazos processuais quando for a única patrona da causa, desde que haja notificação por escrito ao cliente.
 - C) lactante a entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X.
 - D) adotante o acesso a creche, onde houver, ou a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê.
25. Pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº. 8.078/90) ficou prevista a responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Sobre essa proteção ao consumidor é correto afirmar que
- A) o produto deve ser considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.
 - B) a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação exclusiva do dolo.
 - C) equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento para efeitos da responsabilidade pelo fato do serviço.
 - D) o serviço é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.
26. A organização municipal estabelecida pela Lei Orgânica do município de Jardim de Piranhas estabelece expressamente, entre outras disposições, que
- A) a divisão administrativa do Município não poderá ser alterada em ano de eleições presidenciais.
 - B) a sede do Município dá-lhe o nome e tem a categoria de cidade, enquanto a sede do Distrito tem a categoria de vila.
 - C) são símbolos do município o brasão, a bandeira e o busto central, representativos de sua cultura e história.
 - D) o município tem direito à participação no resultado da exploração de petróleo ou energia eólica, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.
27. Por sua Lei Orgânica, ao município de Jardim de Piranhas compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:
- A) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
 - B) estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
 - C) subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, pela imprensa, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração.
 - D) dispor sobre a administração, utilização e alienação dos seus bens distritais, com a prévia aprovação da Câmara Municipal.

28. A respeito do processo legislativo municipal, a Lei Orgânica de Jardim de Piranhas é categórica ao estabelecer que
- A) pode ser emendada na vigência do estado de sítio ou de intervenção no Município, com a aprovação unânime da Câmara Municipal.
 - B) o processo legislativo municipal compreende a elaboração de emendas à Lei Orgânica Municipal, leis complementares, decretos legislativos e portarias interministeriais locais.
 - C) pode ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
 - D) a proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal será discutida e votada em turno único, considerando-se aprovada quanto obtiver dois terços dos votos dos membros da Câmara.
29. A Lei Orgânica de Jardim de Piranhas estabelece ainda, em suas disposições finais e transitórias, que
- A) a remuneração do Prefeito Municipal não poderá ser inferior a remuneração paga a servidor do Município, na data de sua fixação.
 - B) lei municipal disporá sobre as cores dos prédios, veículos e outros bens municipais, respeitando as cores partidárias da gestão vigente.
 - C) o município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza, salvo com autorização da Câmara Municipal.
 - D) qualquer cidadão, desde que em dia com os tributos municipais, poderá ser parte legítima para pleitear a declaração de nulidade dos atos lesivos ao patrimônio municipal.
30. A Lei Municipal nº. 712/2011 dispõe sobre a criação da Procuradoria Geral do Município de Jardim de Piranhas. Em seu artigo 2º, tal diploma legal prevê que é atribuição da Procuradoria Geral
- A) oferecer atendimento jurídico aos cidadãos carentes, mediante taxa de prestação de serviços.
 - B) enviar à Câmara Municipal o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do município.
 - C) aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos.
 - D) manter atualizada a coletânea de leis municipais, federais e estaduais de interesse do município.